

Bolsa de Emprego | Fevereiro de 2018

Nome: Rita Daniela Almeida Carvalho
Habilitações Literárias: Licenciatura em Terapia Ocupacional
Experiência Profissional: Terapeuta Ocupacional

Nome: Pedro Henrique Correia Viegas
Habilitações Literárias: 12º ano
Experiência Profissional: Empregado Fabril, Formador, Produção

Nome: Ricardo Marques
Habilitações Literárias: Licenciatura em Marketing
Experiência Profissional: Marketing

Nome: Sónia Gomes Marques
Habilitações Literárias: Licenciatura em Engenharia e Gestão Industrial
Experiência Profissional: Gestão da qualidade, Auditorias Internas, Gestão da segurança da informação, Planeamento Estratégico

Nome: Francisco Xavier Gomes da Silva
Habilitações Literárias: 12º ano - Curso Profissional de Técnicas de Gestão Hoteleira
Experiência Profissional: Empregado Bar, Rececionista de Hotel, Gerente/Barman, Assistente Comercial

Nome: Filipe Esteves Dinis Barreiros
Habilitações Literárias: 5º ano
Experiência Profissional: Tecnologias da informação, Kiwicultura

Nota: Para mais informações sobre os candidatos da Bolsa de Emprego, por favor contacte o GIP - Gabinete de Inserção Profissional. **Contactos:** 231 516 761 | gip@acib.pt

Nome: Oleksandr Pohomiy
Habilitações Literárias: 11º ano
Experiência Profissional: Assador de Leitões, Forno

Nome: Ana Patrícia Batista da Silva
Habilitações Literárias: Licenciatura em Educação de Infância
Experiência Profissional: Educadora de Infância

Nome: Maria Alice de Assunção Lira
Habilitações Literárias: 12º ano
Experiência Profissional: Lar, Creche, ATL

Nome: Joaquim Sereno Mariz
Habilitações Literárias: 12º ano
Experiência Profissional: Comercial e Vendas

Nome: Lúcia Maria Pepino Dias
Habilitações Literárias: Licenciatura em Engenharia Ambiente
Experiência Profissional: Administrativa, Técnica de Qualidade, Produção

Nome: Ana Cristina Simões Afonso Rodrigues
Habilitações Literárias: 12º ano
Experiência Profissional: Chefe de equipa Cerâmica, Mediação seguros, HACCP, Atendimento ao público em Conservatória



Fevereiro de 2018



ACIB | Workshops e Formação Profissional da ACIB

A ACIB vai promover vários seminários e acções de formação, que irão decorrer na sede da Associação, em Oliveira do Bairro, e na Delegação, em Anadia.

Seminários e Workshops

- **Gestão de Resíduos e preenchimento do MIRR 2017**
- **Novo Regulamento Geral da Protecção Geral de Dados**
- **2º Ciclo de Workshops Exportação**
 - Marketing de Exportação
 - Questões Culturais e Negócios Internacionais
 - Participar em Feiras Internacionais

Formação Profissional

- Combate e Prevenção de Incêndios
- Segurança na Utilização de Empilhadores
- Relacionamento Interpessoal
- Marketing Digital como Ferramenta Empresarial
- Formação Pedagógica Inicial de Formadores
- LinkedIn Marketing

Data	Local
21/02	O. Bairro
05/03	O. Bairro
22/03	O. Bairro
19/04	Anadia
24/05	O. Bairro
15/02	Anadia
23/02	O. Bairro
26/02	Anadia
02/04	O. Bairro
09/04	O. Bairro
20/04	O. Bairro

A participação nestas acções e seminários é considerada para efeitos do cumprimento do dever de formação contínua a cargo da entidade empregadora (art.º 131 da Lei 7/2009 de 12 de Fevereiro).

Para mais informações e/ou inscrições, contacte a ACIB através do telefone 234 730 320 ou via o e-mail: acib@acib.pt //

Protecção de dados | Novas regras a partir de Maio

O novo Regulamento Geral de Protecção de Dados (RGPD) passará a ser aplicado a 25 de Maio, e vem substituir a actual directiva e lei de protecção de dados pessoais. O novo quadro legal traz algumas mudanças significativas que terão impacto diferente na vida das empresas, consoante a sua natureza, área de actividade, dimensão e tipo de tratamento de dados pessoais que realizem.

O novo regulamento vai aplicar-se a todas as entidades que tratem dados pessoais, tanto as que realizam essas operações como as que sejam sub-contratadas para o efeito, que serão responsabilizadas em caso de infracção.

Este regulamento tem também um impacto na actividade de Gestão de Recursos Humanos

das empresas privadas e das entidades públicas, criando novas obrigações e novas responsabilidades em relação ao tratamento dos dados pessoais dos trabalhadores.

As novas regras partem de dois princípios: privacy by design e privacy by default. O primeiro significa que as empresas que criam aplicações ou processos tecnológicos devem assegurar-se de que o sistema garante a privacidade dos dados. O tratamento, a recolha dos dados e a sua protecção devem ser elementos configuradores das aplicações tecnológicas, fazendo parte do seu design.

O segundo princípio – privacy by default –, significa que deve ser assegurada uma utilização mínima dos dados, de maneira a que sejam só utilizados para os

fins para os quais foram cedidos pelos seus titulares e não para outros propósitos, como campanhas publicitárias ou promoções.

As empresas infractoras terão coimas pesadas, com valores que podem chegar até 4% do volume de negócios, num máximo de 20 milhões de euros, consoante a dimensão de cada entidade.

A ACIB irá promover um workshop sobre este tema a 05 de Março, no Espaço Inovação, em Oliveira do Bairro, com o objectivo de dar a conhecer os aspectos basilares do tratamento de dados pessoais e as principais novidades do regulamento. //

A ACIB informa que tem os seguintes serviços ao dispôr dos Associados:

Fotocópias | fax | internet | aluguer de salas | aluguer de equipamento audiovisual | serviço de dobragem e envelopagem de correspondência | venda de Livros de Reclamações | venda de Livretes Individuais de Controlo para Condutores

ACIB - Associação Comercial e Industrial da Bairrada

Sede:
 Espaço Inovação | Z. Industrial de Vila Verde, Ap. 235 | 3770-305 Oliveira do Bairro | T. 234730320 | acib@acib.pt

Delegação:
 Edifício da Proximidade | Praça da Juventude | 3780-323 Anadia | T. 231516761 | anadia@acib.pt

www.acib.pt



Nova Declaração Mensal de Remunerações

O novo modelo da Declaração Mensal de Remunerações (DMR) e as respectivas instruções de preenchimento foram publicados em Diário da República, a 31 de Janeiro, devendo já ter sido usado para a declaração dos rendimentos relativos a esse mês.

A nova declaração consagra as últimas alterações em matéria de IRS, como a eliminação da sobretaxa, o fim dos vales educação e as novas regras específicas para algumas profissões.

A DMR deve ser entregue à Autoridade Tributária e Aduaneira por todas as entidades que paguem rendimentos do trabalho dependente sujeitos a IRS, ainda que dele estejam isentos ou que se encontrem excluídos de tributação. O objectivo é, desta forma, proceder à comunicação dos valores pagos, bem como das retenções de impostos e deduções para contribuições obrigatórias para regimes de protecção social e subsistemas legais de saúde e a quotizações sindicais, relativas ao mês anterior.

ADMR é enviada no mês seguinte ao do pagamento dos rendimentos.

Pode consultar o novo modelo da Declaração Mensal de Remunerações e as respectivas instruções acedendo à portaria n.º 40/2018.//

Subsídio de refeição | Valores para 2018

Segundo com a Lei nº 114/2017, de 29 de Dezembro, em 2018, o subsídio de refeição para os trabalhadores da Administração Pública mantém o valor estabelecido em 2017.

Nos termos da Lei do Orçamento de Estado, o montante do subsídio de refeição actualizado em 4,77€, constitui o valor de referência para efeitos de tributação (isenção) em IRS. Assim, a partir desse valor o subsídio de refeição estará sujeito a tributação em IRS e contribuições para a Segurança Social.

À semelhança do que acontece com os trabalhadores da Função Pública, em 2018, o subsídio de alimentação atribuído aos trabalhadores do sector privado será sujeito a IRS na parte que exceder os 4,77€, quando pago em dinheiro, ou 7,63€ (4,77€+60%), se atribuído através de vales de refeição.

O subsídio de refeição não constitui retribuição, uma vez que o seu pagamento traduz a assunção pelo empregador das

despesas com a alimentação que o trabalhador realiza por causa da prestação do trabalho.

Assim, o subsídio de refeição não constitui uma contrapartida específica da prestação do trabalho, sendo, ao contrário, uma compensação inerente ao próprio contrato de trabalho, e que tem por objectivo compensar uma despesa em que o trabalhador incorre diariamente com a alimentação por ter que prestar a actividade ao empregador.

No entanto, se o seu valor for tal que exceda largamente o gasto que pretendo compensar (montantes normais), já será considerado retribuição.

É precisamente tendo em consideração o fim específico do subsídio de refeição que não pode utilizar-se o mesmo para outros fins, nomeadamente para premiar a produtividade de certos trabalhadores, a sua assiduidade: se o subsídio tem um regime próprio para efeitos fiscais e de segurança social, a sua utilização para fins diversos

constituiria uma forma de conseguir intentos que a lei não permite, como a não sujeição das prestações a incidência fiscal ou a descontos para a segurança social.

Não prevendo os contratos individuais de trabalho, nem o instrumento de regulamentação colectiva de trabalho aplicável às relações laborais, determinado valor de subsídio de refeição, viola o princípio de igualdade o empregador que, com base na gestão da empresa, paga diferentes valores de subsídio de refeição a trabalhadores com a mesma categoria profissional, com invocação que tal tem por objectivo premiar a assiduidade, capacidade e produtividade dos trabalhadores.

O empregador, dentro do princípio da autonomia privada, tem liberdade de gestão empresarial, o mesmo não poderá deixar de conformar-se com o princípio de igualdade: a fixação de diferentes valores de subsídio de refeição aos trabalhadores viola esse princípio.//

Primeira fase dos Estágios Profissionais | Candidaturas até 01 de Março

As candidaturas à primeira fase dos Estágios Profissionais do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) em 2018 iniciaram a 01 de Fevereiro e terminam a 01 de Março.

As candidaturas aos Estágios Profissionais do IEFP irão realizar-se este ano em quatro períodos distintos: de 01 de Fevereiro a 01 de Março; de 01 de Maio a 01 de Junho; de 01 de Julho a 31 de Julho; e de 01 de Outubro a 02 de Novembro.

Aos Estágios Profissionais podem candidatar-se pessoas singulares ou colectivas, do sector privado, com ou sem fins lucrativos e as candidaturas são aprovadas tendo em conta vários critérios, até ao limite da dotação orçamental.

Os estágios têm a duração de nove meses e dirigem-se a desempregados inscritos no IEFP, sobretudo jovens entre os 18 e os 30 anos de idade ou desempregados de longa duração (há mais de 12 meses no desemprego), entre outras situações.

Os estagiários têm direito a uma bolsa mensal, que varia em função do seu nível de qualificação. O IEFP apoia no pagamento da bolsa (suporta 65% ou mais destes valores, dependendo da tipologia do destinatário e do promotor) e a entidade empregadora cobre a parte restante dos custos.

Por sua vez, o primeiro prazo para a medida **Contrato Emprego decorre entre 01 e 31 de Março**. O segundo período terá lugar em Junho e o terceiro em Setembro. A medida Contrato Emprego consiste num apoio financeiro concedido às empresas que contratem desempregados inscritos nos centros de emprego. O apoio é atribuído aos empregadores que celebrem contratos de trabalho sem termo ou a termo certo, por prazo igual ou superior a 12 meses, com a obrigação de darem formação profissional aos trabalhadores contratados.//

Novo Modelo 22 para 2018

O modelo 22, que suporta a declaração anual de rendimentos das empresas, no âmbito do IRC, foi alterado, através do Despacho n.º 984/2018, de 26 de Janeiro. A composição do modelo passa a ser a seguinte:

- Anexo A (para períodos de tributação anteriores a 2015) e instruções de preenchimento;
- Anexo A (aplicável aos períodos de tributação de 2015 e seguintes) e instruções de

preenchimento;

- Anexo B e instruções de preenchimento (aplicável aos períodos de tributação anteriores a 2011);

- Anexo C e instruções de preenchimento;

- Anexo D e instruções de preenchimento;

- Anexo E e instruções de preenchimento;

- Anexo F e instruções de preenchimento;

- Anexo AIMI (Adicional ao

imposto municipal sobre imóveis), para efeitos de identificação dos prédios detidos pelo sujeito passivo a 01 de Janeiro do ano a que se refere o AIMI, afectos a uso pessoal dos titulares do respectivo capital, dos membros dos órgãos sociais ou de quaisquer órgãos de administração, direcção, gerência ou fiscalização ou dos respectivos cônjuges, ascendentes e descendentes.//

Indexante dos Apoios Sociais (IAS) | Actualização

O Indexante dos Apoios Sociais (IAS) permite que haja uma separação entre o valor do salário mínimo e as prestações sociais. Tendo em conta os cálculos para este ano (PIB e inflação média, sem habitação), o IAS atinge agora o valor de 428,90€, verificando-se um aumento de 1,8%.

O IAS é determinante para que se possam efectuar os cálculos e actualizações às contribuições, pensões e outros apoios da responsabilidade da Segurança Social - referência para os montantes mínimo e máximo do subsídio de desemprego, do subsídio social de desemprego, do subsídio por morte e do limite mínimo de subsídio de doença - bem como de outras entidades, como o IEFP, que o utiliza como referência dos valores atribuídos aos estágios profissionais.//